



# LISTAS DE CANDIDATOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 30 DE JANEIRO

▶▶ ANTÓNIO  
COSTA 2022

# JUNTOS SEGUIMOS E CONSEGUIMOS

[antoniocosta2022.pt](http://antoniocosta2022.pt)

# CANDIDATOS PELO PS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 30 DE JANEIRO DE 2022

## ■ AÇORES

### Efetivos



1. Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

2. Sérgio Humberto Rocha de Ávila
3. Isabel Maria Duarte Almeida Rodrigues
4. João Fernando Brum de Azevedo e Castro
5. Cláudia Sofia Viegas Cabrita

### Suplentes

1. Henrique Miguel Couto Melo
2. Carla Alexandra Avelar Nóia
3. André Manuel de Sousa Fernandes
4. Ana Sofia Fernandes Ambrósio
5. Cláudia Raquel Lourenço Vieira da Silva

## ■ AVEIRO

### Efetivos



1. Pedro Nuno Santos

2. Cláudia Santos
3. Filipe Neto Brandão
4. Porfírio Silva
5. Susana Correia
6. Hugo Oliveira
7. Joana Sá Pereira
8. Bruno Aragão
9. Rosa Venâncio
10. Nuno Almeida
11. Paulo Tomaz
12. Domingas Loureiro
13. Marisa Couto
14. Bruno Julião
15. Fátima Strecht
16. Délio Carquejo

### Suplentes

1. André Henriques
2. Beatriz Soares
3. Jorge Bacelar
4. Ana Maria
5. Maria Manuela Gama

## ■ BEJA

### Efetivos



1. Pedro do Carmo

2. Nelson Domingos Brito
3. Telma Cristina Felizardo Guerreiro

### Suplentes

1. Custódia Maria Sequeira Alho
2. Afonso Manuel Teixeira Domingos
3. Rita Sousa Costa

## ■ BRAGA

### Efetivos



1. José Luis Carneiro

2. Elisabete Matos
3. Joaquim Barreto
4. Hugo Pires
5. Palmira Maciel
6. Luís Soares
7. Eduardo Oliveira
8. Anabela Real
9. Pompeu Martins
10. Gilberto Anjos
11. Irene Costa
12. Diogo Cunha
13. António Machado
14. Vânia Cruz
15. Pedro Costa
16. Isabel Pinheiro de Oliveira
17. Tito Evangelista Sá
18. Anabela Alves
19. Ana Paula Carreira

### Suplentes

1. Aires Fumega
2. Juliana Santos
3. Hugo Teixeira
4. Eduarda Lopes
5. Parcidio Summaviele

## ■ BRAGANÇA

### Efetivos



1. João Alberto Sobrinho Teixeira

2. Berta Ferreira Milheiro Nunes
3. Jorge Manuel Nogueiro Gomes

### Suplentes

1. Catarina Afonso Pinto
2. Tito Emanuel Diogo Sales Resende
3. Ana Luísa Silva Peleira

## ■ CASTELO BRANCO

### Efetivos



1. Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão

2. João Paulo M. L. Catarino
3. Nuno Fazenda
4. Paula Custódio Reis

### Suplentes

1. Tiago Soares Monteiro
2. José Pedro Ferreira
3. Idalina Costa
4. Sofia Fernandes

## ■ COIMBRA

### Efetivos



1. Marta Temido

2. Pedro Coimbra
3. Tiago Estêvão Martins
4. Raquel Ferreira
5. José Carlos Alexandrino
6. Ricardo Lino
7. Isabel Cruz
8. José Dias
9. Albertina Jorge

### Suplentes

1. Miguel Pinheiro
2. José Mário Gama
3. Elisabete da Conceição Rita
4. Maria Marmé
5. João Gouveia

## ■ EUROPA

### Efetivos



1. Paulo Pisco

2. Nathalie Oliveira

### Suplentes

1. Alfredo Stoffel
2. Joana Benzinho

## ■ ÉVORA

### Efetivos



1. Luís Capoulas Santos

2. Norberto Patinho
3. Carmen Carvalheira

### Suplentes

1. Cátia Sousa Silva
2. Tiago Pardal
3. Maria Clara Safara

## ■ FARO

### Efetivos



1. Jamila Madeira

2. Jorge Botelho
3. Luís Graça
4. Isabel Guerreiro
5. Francisco Oliveira
6. Tatiana Gouveia
7. Sofia Belchior
8. Abel Matinhos
9. Célia Paz

### Suplentes

1. Pedro Ornelas
2. Luís Guilhermino
3. Paula Couto
4. Luís Verissimo
5. António Cabrita

## ■ FORA DA EUROPA

### Efetivos



1. Augusto Santos Silva

2. Paulo Porto Fernandes

### Suplentes

1. Isabelle Coelho-Marques
2. Ana Soares

## ■ GUARDA

### Efetivos



1. Ana Mendes Godinho

2. António Hermínio Carvalho Monteirinho
3. Cristina Maria Figueiredo Almeida Sousa

### Suplentes

1. Paulo José Gomes Langrouva
2. Júlia Maria Bogas Marques Coelho
3. Jorge Rafael Silva Abreu

## ■ LEIRIA

### Efetivos



1. António Lacerda Sales

2. Eurico Brilhante Dias
3. Catarina Sarmento Castro
4. Sara Maria Belo Velez
5. Salvador Portugal Formiga
6. Jorge Gabriel D. C. Monteiro Martins
7. Cláudia Cristina Avelar Santos
8. Pedro Henrique Canha
9. Lilibeth Lopes Ferreira
10. Henrique Estrelinha

### Suplentes

1. Céline Gaspar
2. Cristina Simões
3. José Manuel Lourenço
4. Susana Rosa
5. Carla Mariza

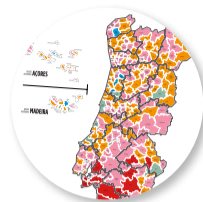


AÇÃO SOCIALISTA



**AUTÁRQUICAS 2021  
PS REAFIRMA-SE  
COMO O MAIOR  
PARTIDO  
AUTÁRQUICO  
NACIONAL**

PÁG. 7



**BALANÇO  
GPPS  
TRABALHO  
DURANTE A  
LEGISLATURA  
PARA TRAVAR  
DESIGUALDADES**

PÁG. 14



JOÃO BELZINHO

**LEGISLATIVAS 2022  
AS ELEIÇÕES  
MAIS IMPORTANTES  
DOS ÚLTIMOS ANOS**



“Estas são mesmo as eleições mais importantes que o país teve nos últimos anos, uma oportunidade única e extraordinária para não perdermos as oportunidades que temos ao alcance da nossa mão e para não deixarmos adiar o País”



## ANTÓNIO COSTA CONVOCA A FORÇA DO PS PARA VENCER AS ELEIÇÕES “MAIS IMPORTANTES DOS ÚLTIMOS ANOS”

O Secretário-geral do PS, António Costa, reiterou que as próximas eleições legislativas serão “as mais importantes que o país teve nos últimos anos”, apelando à grande mobilização dos socialistas, ao lado da energia do país, para que Portugal não desperdice um momento decisivo em relação aos desafios do seu futuro coletivo.

**INTERVINDO** na sessão de encerramento do Fórum Nacional ‘Confie no Futuro’, na Alfândega do Porto, António Costa vinco a importância de o país conseguir ter a estabilidade política necessária para aplicar os fundos que chegam da União Europeia. “Estas são mesmo as eleições mais importantes que o país teve nos últimos anos, uma oportunidade única e extraordinária para não perdermos as oportunidades que temos ao alcance da nossa mão e para não deixarmos nem o país adiar, nem o país parar”, afirmou o líder socialista.

Citando a intervenção anterior da professora catedrática e vice-reitora da Universidade Nova

de Lisboa, Elvira Fortunato, uma das oradoras convidadas do Fórum, António Costa assentiu que as próximas gerações “nunca perdoarão se for desperdiçada esta oportunidade”.

“E desperdiçar ou não esta oportunidade está unicamente nas nossas mãos. Por isso, não podemos olhar para os próximos meses como sendo mais um período, ou para as próximas eleições como se fossem mais umas eleições”, referiu, sublinhando que este é também o momento, “politicamente tão importante”, que convoca a uma grande mobilização do PS.

Estas são eleições, reforçou o líder socialista, que “ocorrem num momento decisivo para o

país, quando ainda há uma pandemia para combater” e em que, também, “não se pode perder um segundo para aproveitar a oportunidade extraordinária dada pela União Europeia para investir em mais ciência, melhor saúde, mais e melhor educação, no desenvolvimento do país”. Lembrando que a rejeição do Orçamento do Estado para 2022, com os votos do PCP e do BE a juntarem-se aos da direita, veio criar “um problema muito sério ao país”, privando os portugueses do reforço de 750 milhões de euros nos recursos do SNS, da redução do IRS, ou do aumento extraordinário de pensões, António Costa sublinhou que o país não pode ficar refém de “soluções de remendo”, nem

de “soluções provisórias de governo para dois anos”.

“O país precisa mesmo de estabilidade para executar estas políticas ao longo dos próximos quatro anos”, afirmou.

“A nossa ambição é essa, criar condições para que o país possa ter estabilidade nos próximos quatro anos decisivos para nos libertarmos da pandemia, para recuperar dos danos da pandemia, para reconstruir aquilo que a pandemia destruiu e, mais importante do que isso, para usar com toda a energia e determinação os meios que nos são disponibilizados para podermos dar um grande salto em frente”, acrescentou António Costa.

Por isso, reforçou o Secretário-geral socialista “é fundamental que o PS saiba juntar a si as energias, as forças que existem na sociedade portuguesa”. O Fórum Nacional ‘Confie no Futuro’, que decorreu no Porto, versou três painéis temáticos, que decorreram em simultâneo, dedicados ao crescimento económico e melhoria dos rendimentos, ao combate às desigualdades e reforço do Estado social e ao fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde, cujos contributos, assinalou António Costa, foram importantes para o programa que o PS apresentará a 3 de janeiro, tendo em vista as eleições legislativas que vão ter lugar no dia 30 do primeiro mês de 2022.” ■



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES

## JOSÉ LUÍS CARNEIRO DESTACA “EXPERIÊNCIA” DOS CANDIDATOS DO PS PARA DAR SUPORTE A UM GOVERNO ESTÁVEL

O Secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, destacou a “aprovação expressiva”, pela Comissão Política Nacional do partido, das listas às eleições legislativas de janeiro do próximo ano, realçando a “experiência” dos candidatos socialistas como fator “essencial para dar suporte político a um Governo que se quer estável”.

**EM CONFERÊNCIA** de imprensa no final da reunião do órgão político do partido, o ‘número dois’ da direção do PS enalteceu o amplo processo de participação nas escolhas, que foram aprovadas com uma maioria “expressiva” de 83% dos votos, realçando o grande envolvimento democrático das estruturas locais e distritais na escolha de mais de 70% dos candidatos a deputados. “Em vários distritos, para respeitar as respetivas estruturas, o Secretário-geral do PS abdicou de usar essa faculdade que lhe é conferida pelos estatutos. Tendo essa faculdade de indicar candidatos, em vários territórios do país,

sobretudo nos círculos mais pequenos, António Costa abdicou dessa quota para que mais de 70% das escolhas tivessem uma ligação aos territórios locais e regionais”, acrescentou.

José Luís Carneiro assinalou que as escolhas aprovadas pelo partido, que apresentam oito novos cabeças de lista em relação às eleições legislativas de 2019, integram “linhas de continuidade, mas também de inovação, de novo impulso e de progresso”, destacando a presença “de 147 mulheres candidatas”, de dois dirigentes sindicais da UGT em lugar de eleição direta, e de “um rejuvenescimento forte dos jovens

já com qualificações, que decidiram estar disponíveis para a vida política e cívica”.

“As listas são compostas por pessoas com experiência de vida e política. No momento exigente que o país atravessa é importante termos pessoas com essa experiência, para darem estabilidade e suporte político competente ao Governo”, concluiu o ‘número dois’ da direção do PS. ■

CONSULTE  
AQUI AS  
LISTAS DE  
CANDIDATOS  
PELO PS



No dia 30 de janeiro, vamos ter eleições legislativas antecipadas, em resultado do “chumbo” do Orçamento do Estado para 2022 (OE22). Não obstante este ser o mais à esquerda de todos os OE aprovados nos últimos seis anos, o BE, o PCP e o PEV juntaram-se à direita e votaram contra.

Cumprindo o alerta previamente feito, o Presidente da República dissolveu o Parlamento e convocou eleições. Eleições que o PS não desejava e o país dispensava. A meio de uma crise pandémica, do que o país menos precisava era de uma crise política. O Governo fez tudo o que estava ao seu alcance para a evitar. Dialogou e negociou com os parceiros parlamentares. Com sentido de responsabilidade, foi até onde podia ir, tendo como limite o interesse nacional. Para quem não tem responsabilidades executivas nem a expectativa de as vir a ter, é fácil prometer tudo a todos, como se os recursos financeiros do país proviessem de um poço sem fundo. Quem governa, tem de definir prioridades e gerir criteriosamente os recursos de que dispõe. Não se pode hipotecar o futuro das novas gerações para agradar a clientelas partidárias.

Com sentido de responsabilidade, o Governo procurou conciliar crescimento económico com justiça social e promoção do investimento com valorização do trabalho. Ninguém compreende que BE, PCP e PEV tenham votado contra o aumento do rendimento das famílias. Quem votou contra o OE22, votou contra o aumento extraordinário das pensões que beneficiaria dois milhões e trezentas mil pessoas; votou contra o desagravamento do IRS que beneficiaria um milhão e meio de famílias; votou contra a gratuidade das creches; votou contra a criação da garantia infantil, o mais poderoso instrumento de combate à pobreza infantil; votou contra o reforço dos serviços públicos, em especial do SNS.

Recuperação económica, através do aumento do investimento e do rendimento das famílias, reforço dos serviços públicos e contas certas eram as prioridades do OE22. Os partidos à esquerda do PS desvalorizam as contas certas. Mas são as contas certas que garantem a credibilidade internacional de Portugal e permitem poupar anualmente três mil milhões de euros em juros da dívida e captar investimento estrangeiro. Se tivesse sido aprovado, o OE22 faria muita diferença na vida de milhões de portugueses.

Estas não são mais umas eleições para cumprir calendário. São as eleições mais importantes das últimas décadas. Portugal precisa de estabilidade política para aproveitar bem os fundos comunitários, recuperar da crise económica, criar riqueza e emprego. E precisa de um Primeiro-ministro competente e com sensibilidade social, que conheça os dossiês e tenha prestígio internacional. Portugal não pode parar. Só com uma maioria parlamentar duradoura e um governo liderado por António Costa, é possível prosseguir no caminho do desenvolvimento e do progresso e, sem perdas de tempo, continuar a resolver os problemas do país e melhorar as condições de vida das portuguesas e dos portugueses.

O escritor norte-americano, Alvin Toffler, escreveu que “o futuro é construído pelas nossas decisões diárias e cada evento influencia todos os outros”. Confio que as portuguesas e os portugueses estão conscientes disso e reconhecem o valor da estabilidade governativa, essencial à recuperação económica e social. Eu confio que os eleitores saberão escolher o caminho certo para que o país não volte ao tempo da austeridade.

Votos de Boas Festas e um excelente 2022! ■



JORGE FERREIRA

## É “INCOMPREENSÍVEL” A ESQUERDA COLOCAR-SE AO LADO DOS QUE TÊM ESTADO CONTRA AS CONQUISTAS SOCIAIS ALCANÇADAS PELO PAÍS

Votar contra o Orçamento do Estado para 2022, “ao lado da direita, é dizer à direita que tem razão quando cortou salários, quando cortou pensões, quando teve o Estado mínimo e quando depauperou os serviços públicos”, afirmou, no Parlamento, a presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Ana Catarina Mendes, que frisou que uma negociação é colocar o país “à frente de qualquer agenda partidária”.

“**VOTAR** contra este Orçamento é privar 500 mil crianças que hoje estão em situação de pobreza”, é “privar mais de dois milhões de pensionistas de um aumento que melhora a sua condição de vida”, é “privar milhares de funcionários públicos que esperam uma melhoria no seu salário”, é “privar os portugueses que precisam da melhoria dos cuidados de saúde”, é “privar as empresas de mais investimento”, alertou Ana Catarina Mendes no encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2022.

Frisando que o Estatuto dos Profissionais da Cultura incluído neste Orçamento permitiria, pela primeira vez, proteção social a estes trabalhadores, a líder parlamentar do PS sublinhou “o esforço que o Governo fez para chegar a acordo no âmbito destas negociações”. E garantiu que “foram horas,

muitas reuniões, foi muito trabalho, mas uma negociação não pode ser cedência, uma negociação é diálogo e compromisso, uma negociação não é tudo ou nada, uma negociação é colocar a prioridade do país e dos portugueses à frente de qualquer agenda partidária”.

Ana Catarina Mendes recordou quando, há seis anos, o Governo liderado pelo PS e apoiado pela esquerda levou “ao crescimento da economia, à criação de meio milhão de postos de trabalho, ao aumento do rendimento dos portugueses”. “Registámos o menor défice de sempre, conquistámos a credibilidade internacional – e tudo isto quebrando o arco da governação, conseguindo construir pontes e compromissos com a esquerda, como, anos antes, ou meses antes do outubro de 2015, ninguém acharia possível”, assinalou.

Ora, o Governo do PS e a

esquerda parlamentar reconquistaram “a credibilidade internacional e a confiança dos consumidores, dos investidores e dos empresários”. “Que ninguém tenha hoje a tentação de renegar a importância destes seis anos, das convergências feitas”, disse.

Com a crise criada pela pandemia de Covid-19, o “Governo fez tudo para não deixar ninguém para trás”, destacou Ana Catarina Mendes, recordando que “o Estado não falhou e, perante a emergência, agiu. Foram mais de 950 milhões de euros em medidas adicionais só no setor social durante a pandemia”.

“Foi porque sempre apostámos no Serviço Nacional de Saúde, e foi graças ao empenho e dedicação dos seus profissionais, que Portugal lidera hoje os índices de vacinação. Fomos o primeiro país do mundo a atingir os 85% da sua população com a vacinação completa e estamos

agora com 88% da população vacinada”, congratulou-se.

“A nossa resposta foi solidária e voltámos já hoje a números de emprego pré-pandemia”, indicou a dirigente socialista, que mencionou um importante detalhe: “E conseguimos fazê-lo sem cortes, sem dar passos maiores do que a perna, mas com solidariedade, com responsabilidade e sem austeridade”.

Ana Catarina Mendes salientou que “os portugueses festejaram uma aliança à esquerda liderada pelo PS e esperam que continuemos o caminho”. E deixou um recado aos partidos da esquerda: “Há hoje um país que olha para este Parlamento atônito e receoso. Ninguém compreende que o PCP, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista Os Verdes se levantem ao lado do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal e do Chega para votar contra este Orçamento, o Orçamento mais à

esquerda e com mais sensibilidade social”.

Para a presidente da bancada do PS, é “natural” que a direita não acompanhe este caminho, já que “é diferente, não corta salários, não adia sonhos, não aumenta impostos, não cria incerteza, não defende o Estado mínimo ou as privatizações”.

“Mas à esquerda é incompreensível colocarem-se ao lado daqueles que têm estado sempre contra as conquistas sociais que recuperámos ao longo destes seis anos”, alertou a dirigente socialista.

Ana Catarina Mendes deixou claro que “não foi o PS que se desviou do caminho iniciado há seis anos”.

“Não consideramos indiferente o que faz a diferença na vida de milhões de portugueses. E estamos disponíveis para continuar”, concluiu a presidente do Grupo Parlamentar do PS.

■ CATARINA CORREIA



JORGE FERREIRA

## CHUMBO DO OE IMPEDE MELHORIA DA VIDA DOS PORTUGUESES

O primeiro-ministro, António Costa, garantiu que fez tudo o que estava ao seu alcance para viabilizar o Orçamento do Estado para 2022, questionando a “racionalidade” do chumbo da proposta logo na generalidade, o que inviabiliza medidas como a redução do IRS ou a gratuitidade das creches, entre outras.

**O PRIMEIRO-MINISTRO**, que falava no encerramento do debate na generalidade da proposta de Orçamento do Estado, que foi rejeitada no Parlamento com os votos contra do PCP, Bloco de Esquerda e PEV, ao lado dos partidos de direita, sublinhou que “chumbar a proposta é impedir a consolidação de avanços e impedir a concretização de novas medidas em sede de especialidade”. “Qual é a justificação e qual é a racionalidade de impedir que se concretize aquilo que já se alcançou nas negociações e de travar novas melhorias?”, questionou António Costa, que considerou depois “mais estranho ainda” que se pretenda chumbar a proposta por “divergências sobre temas que nada têm a ver com

este orçamento como a legislação laboral”. António Costa começou a sua intervenção afirmando que, no final dos dois dias de debate parlamentar, se apresenta com “a serenidade mas também com a liberdade de quem está de consciência tranquila”, porque “o Governo apresentou uma boa proposta de Orçamento do Estado que é coerente com a visão estratégica para Portugal”. “Estou de consciência tranquila porque fiz tudo, tudo mesmo, para assegurar a viabilidade deste Orçamento, sem aceitar em boa consciência aquilo que não acredito que o país pudesse suportar”, afirmou, numa referência a algumas das medidas apresentadas por Bloco de

Esquerda e PCP ao longo do processo negocial. “O que se vai votar hoje é se o trabalho parlamentar é interrompido ou se, pelo contrário, prossegue na especialidade para se garantirem avanços importantes alcançados ao longo das negociações”, precisou o primeiro-ministro, que destacou medidas como o aumento extraordinário das pensões a partir de 01 de janeiro, advertindo que, com o chumbo na generalidade, não entrará em vigor. “O que agora se decide é se o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem reforço de mais 700 milhões de euros, ou vai ficar limitado aos duodécimos do Orçamento em vigor. Se iniciamos o processo de gratuitidade das creches, ou se é

“ O Governo apresentou uma boa proposta de Orçamento do Estado que é coerente com a visão estratégica para Portugal ”

adiado. Se as famílias vão ver diminuído o IRS ou não. Se 170 mil famílias, que podem passar a estar isentas de IRS por aumento do mínimo de existência, vão para o ano pagar ou deixar de pagar este imposto”, elencou. António Costa citou então a intervenção feita pela porta-voz do PAN quando disse que “o chumbo da proposta de lei do Orçamento na generalidade é impedir a consolidação de todos estes avanços que as negociações permitiram”. António Costa afirmou que confia “sobretudo no meu país e nos portugueses” e, por isso, fez votos de que na próxima legislatura tenha “uma maioria reforçada e duradoura” na Assembleia da República. ■ CARLA ALVES



# PORTUGAL RESPONDEU BEM À CRISE E CAMINHA PARA CONVERGIR DE NOVO COM A UNIÃO EUROPEIA

Os dados são claros e apontam para a retoma da convergência, já este ano ou no próximo, da economia portuguesa com as congéneres da União Europeia. A este propósito, o primeiro-ministro lembra os exemplos alcançados por Portugal entre 2016 a 2019.

**PORTUGAL** não está “condenado a divergir e a definhar” em relação à União Europeia, garantindo o primeiro-ministro que o caminho para que haja uma consolidada aproximação do país à realidade dos parceiros comunitários está cada vez mais firme, o que ficará provado, como referiu, “senão este ano, garantidamente em 2022”.

Intervindo em Lisboa no 9.º Congresso Nacional dos Economistas, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, o primeiro-ministro começou por lembrar que Portugal, até ao início da crise pandémica, estava a apresentar dados económicos que à partida, como salientou, “eram significativamente melhores, face à crise de 2008”, referindo que o país, a partir dos finais de 2015 e até 2019, conheceu um “crescimento do PIB de 11,5% em volume”, algo que nunca tinha sucedido antes, com as exportações a terem hoje um peso no produto de cerca de 43,5%, “o maior na história”.

Quando aos outros fatores, que também explicam a razão de a economia portuguesa estar de novo a crescer e a convergir com as congéneres da União Europeia, são-nos dados, nomeadamente, pelos números baixos do desemprego, “inferiores aos

registados antes da crise pandémica”, mas também pelas exportações, que estão novamente a crescer, ou pelo “novo máximo de investimento empresarial” registado no primeiro semestre deste ano, números que, segundo António Costa, explicam porque é que a AICEP vai encerrar este ano “com um novo máximo histórico de investimento contratado”.

Números de uma economia que começa a dar sinais de recuperação e que mostram, na opinião de António Costa, que é possível mobilizar novamente a sociedade e a economia portuguesa para um processo de recuperação que “não se limite a fazer-nos regressar onde estávamos antes da crise de Covi-19”, mas que permita que o país “retome um ciclo de convergência e de melhoria do nível de vida dos portugueses que é seguramente o que todos desejamos”.

Quanto à forma como Portugal e os portugueses foram capazes de enfrentar a crise pandémica de Covid-19, o primeiro-ministro não teve dúvidas em afirmar que “foi melhor do que se podia imaginar”, facto que, na sua perspetiva, dá “bons motivos” para se poder encarar com confiança os dias futuros, não deixando, contudo, de ressaltar que

“os desafios que o país tem pela frente são ainda enormes”.

De acordo com António Costa, só muito dificilmente Portugal não precisará de “cerca de dois anos” para recuperar o nível do PIB pré-pandémica, algo que, em sua opinião, só deverá ocorrer “em meados do próximo ano”, o que até nem será demasiado tempo, como também referiu, se comparado com os “longos nove anos que foram necessários para que o país pudesse recuperar o seu PIB em consequência da crise de 2008/2011”.

As respostas que a Europa encontrou para enfrentar a crise pandémica “são completamente diferentes” das que defendeu

**Foram as soluções agora adotadas pela UE que responderam em nome de uma “verdadeira união”, construindo “mecanismos supranacionais e partilhados” que permitiram não apenas “suster o choque da crise”, como também “acelerar a recuperação e, mais importante ainda, promover o crescimento futuro”**

para encarar a crise de 2008, desde logo, como lembrou, porque foi possível evitar desta vez a “fragmentação financeira que teria limitado seriamente as respostas nacionais”, colocando no terreno uma resposta conjunta europeia “muito robusta”, de onde sobressai uma “verdadeira mudança de paradigma”, algo que permitiu, por exemplo, salientou ainda António Costa, que em 2019 Portugal tivesse o seu primeiro ‘superavit’ orçamental, reforçando “de forma muito significativa” a sustentabilidade da Segurança Social.

Ainda segundo António Costa, foram as soluções agora adotadas pela União Europeia que responderam em nome de uma “verdadeira união”, construindo “mecanismos supranacionais e partilhados” que permitiram não apenas “suster o choque da crise”, como também “acelerar a recuperação e, mais importante ainda, promover o crescimento futuro”.

O primeiro-ministro e líder socialista voltou a alertar os restantes 26 Estados-membros para a necessidade de assegurarem que nas diversas instituições, desde o Banco Central Europeu à Comissão Europeia, haja a “capacidade de refletir” sobre o modelo de governação

económica da Europa, apelando a que se garanta que “as reposições em vigor das regras decorrentes dos tratados” sejam feitas “de forma adequada”, para que não “impliquem nenhuma interrupção abrupta da trajetória de recuperação”.

## Olhar para as mudanças climáticas

Também as questões ligadas às alterações climáticas deverão merecer, na opinião de António Costa, uma particular e especial atenção por parte das instâncias europeias, designadamente recorrendo a mecanismos que financiem o “indispensável investimento em projetos de largo espectro e de interesse europeu”, como são, por exemplo, as “transições climáticas”, seguindo os passos do modelo que “está a ser testado através do Nex Generation”, que deverá ter por base “as metas contratualizadas, marcos e calendários pré-fixados e acordados entre todos”.

Já na parte final da sua intervenção, o primeiro-ministro referiu-se àquela que é hoje “a total unanimidade nacional” em se reconhecer que o país “não será mais competitivo num modelo de baixos salários”, defendendo que a aposta deve passar pela “qualificação dos trabalhadores”. ■ **RSA**





JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES

## PS GANHA ELEIÇÕES PELA TERCEIRA VEZ CONSECUTIVA E REAFIRMA-SE COMO O MAIOR PARTIDO AUTÁRQUICO NACIONAL

O Secretário-geral do PS, António Costa, destacou, ao final da noite eleitoral de 26 de setembro, a vitória do Partido Socialista – “a terceira consecutiva” – nas eleições autárquicas, ganhando em número de câmaras e freguesias, reafirmando-se como o “maior partido autárquico” no país.

“**PODEMOS** dizer, com toda a confiança, que o PS continua a ser o maior partido autárquico nacional, tendo a terceira vitória eleitoral consecutiva em eleições autárquicas, quer em número de câmaras, quer em número de freguesias”, disse o líder socialista, salientando as cerca de 150 presidências em municípios e a vitória em 1.190 freguesias.

Falando na sede nacional do PS, em Lisboa, António Costa começou por dirigir uma saudação especial “a todas as portuguesas e a todos os portugueses” pelo “forte empenho cívico” de participação no ato eleitoral, ressaltando que, “apesar de ser marcado por uma forte taxa de abstenção”, observou-se, ainda assim e no mesmo contexto pandémico, um nível de participação “bastante superior” ao que se verificou nas recentes eleições presidenciais. Uma segunda saudação, por parte do Secretário-geral do PS, teve como destinatários “os cerca de 180 mil cidadãos que, de uma forma

ativa, participaram neste ato eleitoral”, nas diferentes candidaturas, às assembleias de freguesia, às assembleias municipais e às câmaras municipais.

Abordando depois os resultados das eleições deste domingo, que observou terem sido globalmente idênticos aos de 2013 e não muito distantes dos de 2017, quando o PS obteve a sua maior vitória de sempre no poder local, António Costa dirigiu uma calorosa felicitação a todos os militantes socialistas e, em particular, aos candidatos autárquicos do partido, destacando que esta “é a segunda vez, na história”, que um partido ganha três vezes consecutivas: “Foi assim já, com o PS, em 1989, 1993 e 1997, é agora de novo com o PS, em 2013, 2017 e 2021”.

“Como é natural, não ganhámos em todos os municípios e em todas as freguesias, mas mesmo onde não ganhámos tivemos subidas absolutamente notáveis, noutros casos tivemos derrotas de que não gostámos, como tivemos muitas vitórias

nas quais temos muito orgulho. No balanço final e no conjunto nacional, continuamos a ser o maior partido autárquico”, afirmou.

Assinalando que, num contexto difícil, de seis anos de governação e de uma grave crise sanitária, económica e social, os portugueses “renovaram a sua confiança no PS, atribuindo-lhe uma vitória eleitoral”, o líder socialista apontou que agora é tempo de “arregaçar as mangas” e de olhar para os desafios do futuro que se colocam ao país.

“Estamos num ponto de viragem na gestão da pandemia. Temos de concentrar todas as nossas forças no essencial: Relançar a economia, apostar tudo na criação de mais e melhor emprego e prosseguir a nossa agenda estratégica de responder aos desafios das alterações climáticas, das desigualdades, da demografia e de podermos ter a inovação e as qualificações como os grandes motores do desenvolvimento. É nisto que estaremos concentrados, para o sucesso do nosso país”, garantiu. ■

## PS GANHA EM VOTOS, CÂMARAS, FREGUESIAS E NÚMERO DE AUTARCAS

**As autárquicas de 26 de setembro consolidaram o Partido Socialista como o maior partido do poder local em Portugal. Ganhando as eleições para as autarquias pela terceira vez consecutiva – 2013, 2017 e 2021 –, o PS foi o partido mais votado no país, com maior número de câmaras e de freguesias conquistadas, mais autarcas eleitos e liderando também em matéria de paridade, com a maioria das mulheres presidentes de câmara eleitas.**

**DAS 308** câmaras do país, o PS conquistou 148 em listas próprias, das quais 124 com maiorias absolutas, a que se juntaram mais 4 presidências de autarcas independentes que tiveram o apoio do Partido Socialista. Os socialistas elegeram também 1.244 presidentes de junta de freguesia, 2.589 deputados e deputadas municipais e 10.281 membros de assembleia de freguesia, máximos a nível nacional.

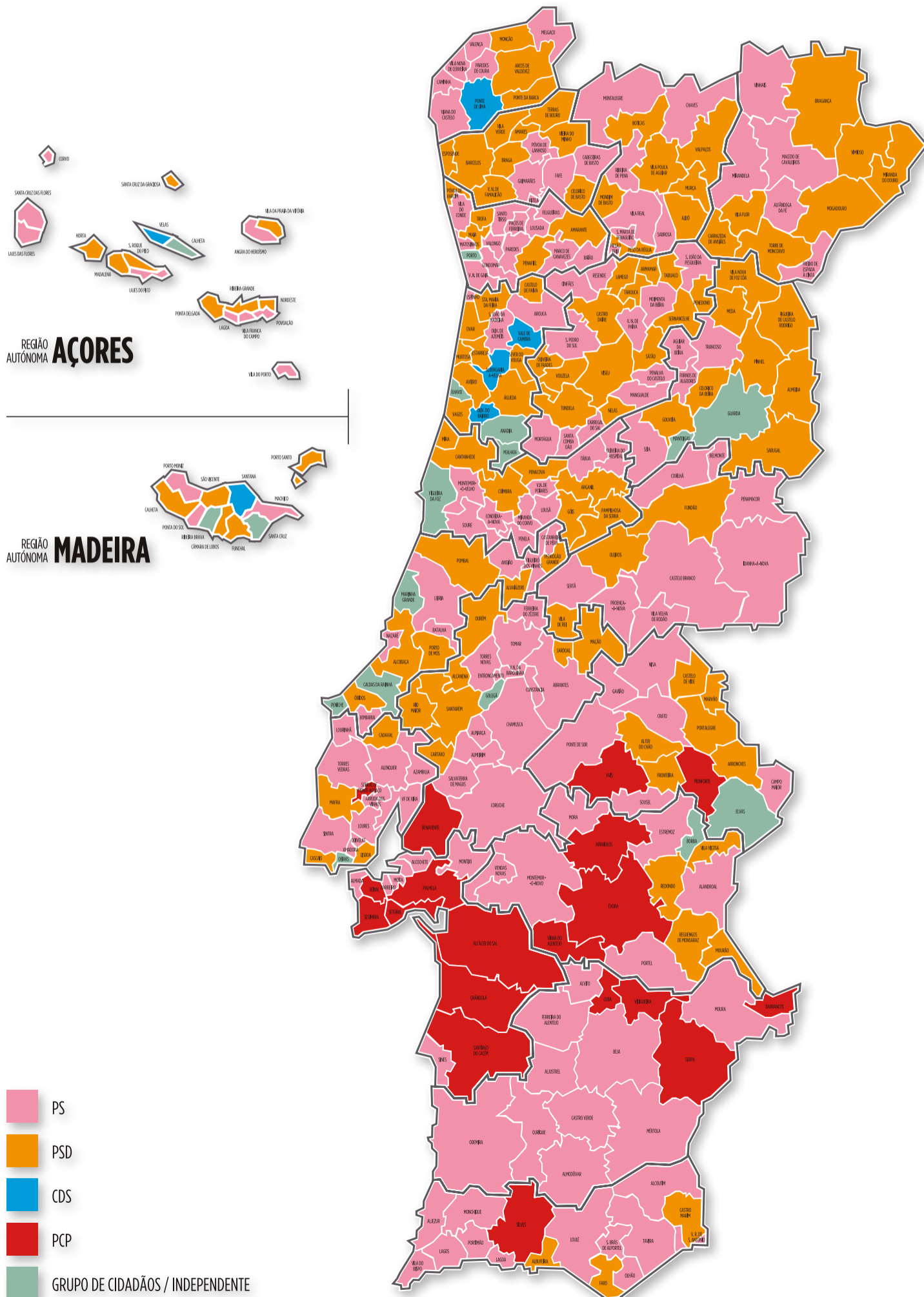
No mapa autárquico nacional, o PS manteve a presidência das capitais de distrito de Viana do Castelo, Vila Real, Castelo Branco, Leiria e Beja, ficando a pouco menos de 3 mil votos da direita coligada em Lisboa, registando ainda ganhos significativos em autarquias como Braga, Viseu, Santarém, Setúbal e Évora, sendo o partido político mais votado no Porto e conquistando importantes centros urbanos como Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Amadora, Sintra, Odivelas, Almada, Barreiro.

Entre as 22 novas presidências, em relação às eleições anteriores de 2017, realce para as vitórias socialistas em concelhos como Loures, Vila do Conde, Valença, Vila Real de Santo António, nos bastiões comunistas da Moita, Montemor-o-Novo e Mora ou nos social-democratas de Ferreira do Zêzere e Penela.

De assinalar, também, o importante contributo do Partido Socialista na eleição das mulheres autarcas para o próximo ciclo de poder local, com a larga maioria – 19 das 29 – presidentes de câmara eleitas Margarida Belém (Arouca), Júlia Rodrigues (Mirandela), Paula Chuço (Mora), Isilda Gomes (Portimão), Ana Paula Martins (Tavira), Rute Nunes da Silva (Vila do Bispo), Carla Tavares (Amadora), Laura Rodrigues (Torres Vedras), Maria Idalina Alves Trindade (Nisa), Cristina Vieira (Marco de Canaveses), Luísa Salgueiro (Matosinhos), Sónia Sanfona (Alpiarça), Anabela de Freitas (Tomar), Inês de Medeiros (Almada), Maria Helena Lapa (Sabrosa), Célia Pesseguero (Ponta do Sol), Bárbara Chaves (Vila do Porto), Cristina Calisto (Lagoa) e Ana Catarina Brum (Lajes do Pico) são as 19 autarcas socialistas. ■

# AUTÁRQUICAS

## 2021



### AVEIRO



**AROUCA**  
Margarida Maria de Sousa  
Correia Belém



**ESPINHO**  
Adelino Miguel Lino Moreira  
Reis



**OLIVEIRA DE AZEMÉIS**  
Joaquim Jorge Ferreira



**SÃO JOÃO DA MADEIRA**  
Jorge Manuel Rodrigues  
Vultos Sequeira

### BEJA



**ALJUSTREL**  
Carlos Miguel Castanho  
Espada Teles



**ALMODÔVAR**  
António Manuel Ascensão  
Mestre Bota



**ALVITO**  
José Manuel Carvalho Penedo  
Martins Efigénio



**BEJA**  
Paulo Jorge Lúcio Arsénio



**CASTRO VERDE**  
António José Rosa de Brito



**FERREIRA DO ALENTEJO**  
Luís António Pita Ameixa



**MÉRTOLA**  
Mário José Santos Tomé



**MOURA**  
Álvaro José Pato Azedo



**ODEMIRA**  
Hélder António Guerreiro



**OURIQUE**  
Marcelo David Coelho Guerreiro

### BRAGA



**CABECEIRAS DE BASTO**  
Francisco Luís Teixeira Alves




**FAFE**  
Antero da Silva Oliveira  
Barbosa Fernandes



**GUIMARÃES**  
Domingos Bragança Salgado

 **PÓVOA DE LANHOSO**  
Frederico de Oliveira Castro

 **VIZELA**  
Vítor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

**BRAGANÇA**

 **ALFÂNDEGA DA FÉ**  
Eduardo Manuel Dobrões Tavares

 **FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

 **MACEDO DE CAVALEIROS**  
Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues

 **MIRANDELA**  
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues

 **VINHAIS**  
Luís dos Santos Fernandes

**CASTELO BRANCO**


 **BELMONTE**  
António Pinto Dias Rocha

 **CASTELO BRANCO**  
Leopoldo Martins Rodrigues

 **COVILHÃ**  
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

 **IDANHA-A-NOVA**  
Armindo Moreira Palma Jacinto


 **PENAMACOR**  
António Luís Beites Soares

 **PROENÇA-A-NOVA**  
João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

 **SERTÃ**  
Carlos Alberto de Miranda

 **VILA VELHA DE RÓDÃO**  
Luís Miguel Ferro Pereira

**COIMBRA**


 **CONDEIXA-A-NOVA**  
Nuno Miguel Rondão Moita da Costa

 **LOUSÃ**  
Luís Miguel Correia Antunes


 **MIRANDA DO CORVO**  
António Miguel Costa Baptista

 **MONTE-MOR-O-VELHO**  
Emílio Augusto Ferreira Torrão

 **OLIVEIRA DO HOSPITAL**  
José Francisco Tavares Rolo

 **PENELA**  
Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos

 **SOURE**  
Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes

 **TÁBUA**  
Ricardo Manuel da Silva Cruz


 **VILA NOVA DE POIARES**  
João Miguel Sousa Henriques

**ÉVORA**


 **ALANDROAL**  
João Maria Aranha Grilo

 **ESTREMOZ**  
José Daniel Pena Sádio


 **MONTE-MOR-O-NOVO**  
Olímpio Manuel Vidigal Galvão

 **MORA**  
Paula Cristina Calado Chuço

 **PORTEL**  
José Manuel Clemente Grilo

 **VENDAS NOVAS**  
Luís Carlos Piteira Dias

**FARO**

 **ALCOUTIM**  
Osvaldo dos Santos Gonçalves

 **ALJEZUR**  
José Manuel Lucas Gonçalves

 **LAGOA**  
Luís António Alves da Encarnação


 **LAGOS**  
Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

 **LOULÉ**  
Vítor Manuel Gonçalves Aleixo

 **MONCHIQUE**  
Paulo Jorge Duarte Alves

 **OLHÃO**  
António Miguel Ventura Pina

 **PORTIMÃO**  
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes

 **SÃO BRÁS DE ALPORTEL**  
Vítor Manuel Martins Guerreiro

 **TAVIRA**  
Ana Paula Fernandes Martins


 **VILA DO BISPO**  
Rute Maria Dias Maia Nunes da Silva


 **VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**  
Álvaro Palma de Araújo

**GUARDA**

 **AGUIAR DA BEIRA**  
Virgílio da Cunha  
(independente apoiado pelo PS)

 **FORNOS DE ALGODRES**  
António Manuel Pina Fonseca


 **SEIA**  
António Luciano da Silva Ribeiro

 **TRANCOSO**  
Amílcar José Nunes Salvador


**LEIRIA**

 **ANSIÃO**  
António José Vicente Domingues

 **BATALHA**  
Raul Miguel de Castro  
(independente apoiado pelo PS)

 **BOMBARRAL**  
Ricardo Manuel Silva Fernandes

 **CASTANHEIRA DE PERA**  
António Manuel Henriques Antunes

 **FIGUEIRÓ DOS VINHOS**  
Jorge Manuel Fernandes de Abreu

 **LEIRIA**  
Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes

 **NAZARÉ**  
Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

**LISBOA**


 **ALENQUER**  
Pedro Miguel Ferreira Folgado


 **AMADORA**  
Carla Maria Nunes Tavares

 **ARRUDA DOS VINHOS**  
André Filipe dos Santos Matos Rijo

 **AZAMBUJA**  
Sílvino José Silva Lúcio

 **LOURES**  
Ricardo Jorge Colaço Leão

 **LOURINHÃ**  
João Duarte Anastácio de Carvalho

 **ODIVELAS**  
Hugo Manuel dos Santos Martins


 **SINTRA**  
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

 **TORRES VEDRAS**  
Laura Maria de Jesus Rodrigues


 **VILA FRANCA DE XIRA**  
Fernando Paulo Ferreira


**PORTALEGRE**

 **CAMPO MAIOR**  
Luís Fernando Martins Rosinha

 **CRATO**  
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

 **GAVIÃO**  
José Fernando da Silva Pio

 **NISA**  
Maria Idalina Alves Trindade

 **PONTE DE SOR**  
Hugo Luís Pereira Hilário

**SOUSEL**  
Manuel Joaquim Silva Valério

**PORTO**

**BAIÃO**  
Joaquim Paulo de Sousa Pereira

**FELGUEIRAS**  
Nuno Alexandre Martins da Fonseca (independente apoiado pelo PS)

**GONDOMAR**  
Marco André dos Santos Martins Lopes

**LOUSADA**  
Pedro Daniel Machado Gomes

**MARCO DE CANAVESES**  
Cristina Lasalette Cardoso Vieira

**MATOSINHOS**  
Luísa Maria Neves Salgueiro

**PAÇOS DE FERREIRA**  
Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito

**PAREDES**  
José Alexandre da Silva Almeida

**SANTO TIRSO**  
Alberto Manuel Martins da Costa

**VALONGO**  
José Manuel Pereira Ribeiro

**VILA DO CONDE**  
Vítor Manuel Moreira da Costa

**VILA NOVA DE GAIA**  
Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues

**SANTARÉM**

**ABRANTES**  
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós dos Reis

**ALMEIRIM**  
Pedro Miguel César Ribeiro

**ALPIARÇA**  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

**CHAMUSCA**  
Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

**CONSTÂNCIA**  
Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira

**CORUCHE**  
Francisco Silvestre de Oliveira

**ENTRONCAMENTO**  
Jorge Manuel Alves de Faria

**FERREIRA DO ZÉZERE**  
Bruno José da Graça Gomes

**SALVATERRA DE MAGOS**  
Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio

**TOMAR**  
Anabela Gaspar de Freitas

**TORRES NOVAS**  
Pedro Paulo Ramos Ferreira

**VILA NOVA DA BARQUINHA**  
Fernando Manuel dos Santos Freire

**SETÚBAL**

**ALCOCHETE**  
Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto

**ALMADA**  
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida

**BARREIRO**  
Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa

**MOITA**  
Carlos Edgar Rodrigues Albino

**MONTIJO**  
Nuno Canta

**SINES**  
Nuno José Gonçalves Mascarenhas

**VIANA DO CASTELO**

**CAMINHA**  
Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

**MELGAÇO**  
Manoel Batista Calçada Pombal

**PAREDES DE COURA**  
Vítor Paulo Gomes Pereira

**VALENÇA**  
José Manuel Vaz Carpinteira

**VIANA DO CASTELO**  
Joaquim Luís Nobre Pereira

**VILA NOVA DE CERVEIRA**  
Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva

**VILA REAL**

**CHAVES**  
Nuno Vaz Ribeiro

**MESÃO FRIO**  
Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva

**MONTALEGRE**  
Manuel Orlando Fernandes Alves

**RIBEIRA DE PENA**  
João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho

**SABROSA**  
Maria Helena Marques Pinto da Lapa

**SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
Luís Reguengo Machado

**VILA REAL**  
Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

**VISEU**

**CARREGAL DO SAL**  
Paulo Jorge Almeida Catalino Ferraz

**CINFÃES**  
Armando Silva Mourisco

**MANGUALDE**  
Marco Filipe Pessoa de Almeida

**MOIMENTA DA BEIRA**  
Paulo Alexandre de Matos Figueiredo

**MORTÁGUA**  
Ricardo Sérgio Pardal Marques

**PENALVA DO CASTELO**  
Francisco Lopes de Carvalho

**RESENDE**  
Manuel Joaquim Garcez Trindade

**SANTA COMBA DÃO**  
Leonel José Antunes Gouveia

**SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**  
Manuel António Natário Cordeiro (independente apoiado pelo PS)

**SÃO PEDRO DO SUL**  
Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

**VILA NOVA DE PAIVA**  
Paulo Manuel Teixeira Marques

**MADEIRA**

**MACHICO**  
Ricardo Miguel Nunes Franco

**PONTA DO SOL**  
Célia Maria da Silva Pessegueiro

**PORTO MONIZ**  
João Emanuel Silva Câmara

**AÇORES**

**VILA DO PORTO**  
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

**LAGOA**  
Cristina de Fátima Silva Calisto

**POVOAÇÃO**  
Pedro Nuno de Sousa Melo

**VILA FRANCA DO CAMPO**  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

**ANGRA DO HEROÍSMO**  
José Gabriel do Álamo Meneses

**LAJES DO PICO**  
Ana Catarina Terra Brum

**LAJES DAS FLORES**  
Luís Carlos Martins Maciel

**SANTA CRUZ DAS FLORES**  
José Carlos Pimentel Mendes

**CORVO**  
José Manuel Alves da Silva



## LUÍSA SALGUEIRO É A PRIMEIRA MULHER A LIDERAR A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

A autarca de Matosinhos, Luísa Salgueiro, foi eleita presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tornando-se na primeira mulher a assumir este cargo, sucedendo ao também socialista Manuel Machado.

**NO ENCERRAMENTO** do XXV Congresso da ANMP, que se realizou no fim de semana de 11 e 12 de dezembro, em Aveiro, a nova presidente dos autarcas assumiu um mandato que classificou de “extraordinariamente desafiante”, propondo, a propósito de um dos temas que marcarão o próximo quadriénio do poder local, a criação de um observatório para acompanhar a execução do processo de descentralização. Luísa Salgueiro considerou, igualmente, que a descentralização só será um momento de

aperfeiçoamento da democracia e da qualidade dos serviços públicos se for acompanhada por um envelope financeiro justo, defendendo também que o financiamento comunitário “ímpar” de que Portugal irá beneficiar nos próximos anos deverá estar ao serviço dos municípios e da sua capacidade para corrigir assimetrias.

Na sua intervenção, a presidente dos autarcas recordou, também, que os municípios têm sido essenciais na resposta à pandemia de Covid-19, o que torna

premente resolver a sua justa compensação financeira, lembrando que estiveram na linha da frente das respostas sanitárias, sociais e económicas e que sem a sua intervenção o país estaria agora perante uma crise económica e social “muito mais grave e imensamente mais penalizadora”.

### **Regionalização deve ser motor de coesão social e desenvolvimento**

Outro dos pontos abordados por Luísa Salgueiro referiu-se aos

passos que devem ser considerados, tendo em vista um processo de regionalização “que seja um motor da coesão e do desenvolvimento” do território nacional, assumindo a presidente dos autarcas o compromisso de dar a esta matéria “grande atenção”. Mostrando-se alinhada com a intenção afirmada pelo primeiro-ministro, António Costa, na abertura do Congresso, de querer “dar voz ao povo” em 2024 sobre o tema, Luísa Salgueiro realçou ser importante trabalhar junto das pessoas

para entenderem que o objetivo de se criar esta nova organização territorial do país é dar-lhes, com os mesmos recursos, mais respostas.

“Está demonstrado que a gestão mais próxima das pessoas traz melhores resultados quer do ponto de vista financeiro, quer de impacto na vida das pessoas”, destacou, acrescentando que a forma como os municípios vão gerir a descentralização de competências será “decisiva” para conquistar a população sobre o assunto. ■

## ISILDA GOMES ELEITA PARA A LIDERANÇA DA ANA/PS

**A Associação Nacional de Autarcas (ANA) do PS, reunida em Congresso, no dia 4 de dezembro, em Lisboa, elegeu a presidente da Câmara Municipal de Portimão, Isilda Gomes, como nova presidente dos autarcas socialistas.**

**A DIREÇÃO** da ANA/PS, eleita para o próximo quadriénio, integra ainda os presidentes de câmara Pedro Ribeiro (Almeirim), Armindo Jacinto (Idanha-a-Nova), António Pina (Olhão), Hélder Guerreiro (Odemira) e Marcelo Guerreiro (Ourique), assim como Rute Lima (presidente da Junta de Freguesia dos Olivais,

concelho de Lisboa), Catarina Marcelino (presidente da Assembleia Municipal do Montijo), Nelson Felgueiras (vereador da Câmara Municipal de Guimarães), Sandra Marcelino (presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira) e João Manuel Pinto (presidente da Junta de Freguesia de

Madalena e Samaiões, concelho de Chaves).

Nos demais órgãos dos autarcas socialistas, a presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Sónia Sanfona, foi eleita para presidir à Assembleia Geral, ficando Nuno Gaudêncio, presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, à frente do Conselho Fiscal. ■



# COMISSÃO NACIONAL ELEGEU NOVOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

**A Comissão Nacional do Partido Socialista, reunida pela primeira vez desde a realização do XXIII Congresso, elegeu a nova composição do Secretariado Nacional e da Comissão Política Nacional do partido, reconduzindo também José Luís Carneiro no cargo de Secretário-geral adjunto.**

**O PRESIDENTE** do PS, Carlos César, que dirigiu os trabalhos, saudou o “clima de grande unidade e de grande confluência no PS”, que se traduziu nas votações “largamente maioritárias”.  
“Com mais de 240 participantes nesta reunião da Comissão

Nacional do PS, para os órgãos nacionais do PS houve votações largamente maioritárias. Todos os órgãos foram eleitos com mais de 90% dos votos, o que constituiu uma demonstração muito grande da unidade de que hoje se vive no partido”, assinalou. ■



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES

## SECRETARIADO NACIONAL

Alexandra Leitão  
Ana Mendes Godinho  
Bernardo Trindade  
Carla Tavares  
Eduardo Vítor Rodrigues  
Eurico Brilhante Dias  
Fernando Medina  
Graça Fonseca  
Isilda Gomes  
Jamila Madeira  
João Tiago Silveira  
João Torres  
Luís Patrão  
Marcos Perestrelo  
Maria Luz Rosinha  
Mariana Vieira da Silva  
Pedro Marques  
Pedro Nuno Santos  
Pedro do Carmo  
Porfírio Silva  
Sérgio Monte  
Susana Amador  
Pedro Cegonho (SNA)  
João Azevedo (SNA)

## COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Maria De Belém Roseira  
Agostinho Gonçalves  
Alberto Costa  
Ana Margarida Martinho  
Alvaro Beleza

Armanda Fernandez  
André Pinotes Batista  
António Borges  
Berta Nunes  
Ascenso Simões  
Augusto Santos Silva  
Carla Tavares Dos Santos  
Augusto Urjais  
Capoulas Santos  
Célia Pessegueiro  
Carlos Nestal  
Constança Urbano De Sousa  
Carlos Trindade  
Carlos Zorrinho  
Cristina Martins  
Daniel Adrião  
Domingos Bragança  
Cristina Sousa  
Eduardo Cabrita  
Cristina Vieira  
Filipe Neto Brandão  
Dalila Araújo  
Francisco César  
Diana Pais  
Edite Estrela  
Henrique Ferreira  
Euridice Pereira  
Hóracio Barra  
Isabel Barradas  
João Cravinho  
Isabel Santos  
João Cunha  
João Galamba  
Joana Lima  
João Soares

Joaquim Mourão  
Luísa Salgueiro  
Jorge Seguro Sanches  
Jose Manuel Dos Santos  
Maria Antónia Almeida Santos  
Laurentino Dias  
Luis Moreira Testa  
Maria Do Céu Antunes  
Marco Martins  
Miguel Lourenço  
Marina Gonçalves  
Pedro Coimbra  
Pedro Delgado Alves  
Patrícia Faro  
Pedro Ribeiro  
Pedro Silva Pereira  
Rosa Albernaz  
Renato Sampaio  
Sérgio Ávila  
Teresa Almeida  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Vieira Da Silva  
Susana Ramos  
Vitor Aleixo  
Vítor Paulo Pereira

## Suplentes

José Manuel Ribeiro  
Rui Pereira  
Isabel Almeida Rodrigues  
Nuno Mocinha  
Artur Feio  
Maria Santos  
Arlindo Varela  
Paulo Lopes

Fátima Fonseca  
Nuno Araújo  
Fernando Jesus  
Nuno Vaz Ribeiro  
Carla Vale  
Tiago Corais  
Carlos Miguel  
Selene Martinho  
João Paulo Rebelo  
Manuel Fonseca  
Vanda Cruz  
Nuno Barreto  
Elisio Estanque  
Bárbara Dias  
Ricardo Leão  
Berto Messias  
Fátima Duarte  
Pedro Vaz  
Filipa Faria  
Mário Gouveia  
João Pedro Vieira  
Inês Drummond  
Luis Filipe Araujo  
Humberto Cerqueira  
Odete João  
Nuno Sá  
Ana Barroso  
Fatima Lopes  
Francisco Madelino  
Ana Paula Martins  
Luis Marinho  
Rosa Maria Venâncio  
Cláudia Lima  
César Israel Paulo  
Susana Pereira

Miguel Coelho  
Joana Isabel Sá Pereira  
Angela Miranda  
Joel Azevedo  
Teresa Fernandes  
António Marçal  
Rita Vilela  
Joaquim Bernardo Diogo  
Filipa Magalhães  
Patrocínia César  
Ivan Gonçalves  
Fernanda Asseiceira  
José Pereira Dos Santos  
La Salette Marques  
Gilberto Igrejas  
Maria Helena Martiniano  
Rosa Isabel Cruz  
Paulo Arsénio  
Maria Do Carmo Borges  
Norberto Patinho  
Maria Joaquina Matos  
João Pedro Pereira  
Mariana Matos  
Renata Verissimo

## MESA DA COMISSÃO NACIONAL

### Vice-Presidentes

Luisa Salgueiro  
José Apolinário

### Secretários

Diogo Leão  
Palmira Maciel



## JOSÉ LUÍS CARNEIRO REELEITO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

José Luís Carneiro foi reeleito para o cargo de Secretário-geral adjunto do PS, com 91% dos votos, renovando o mandato, assumido pela primeira vez em 2019, como 'número dois' da direção socialista.

**NA SUA** intervenção, perante a Comissão Nacional do PS, José Luís Carneiro começou por recordar que, quando assumiu o cargo, em 2019, "estava longe de imaginar que o país teria de enfrentar os desafios impostos por uma pandemia, quer no plano da saúde pública, quer no âmbito das condições de vida económica e social das nossas populações".

"No entanto, com o estímulo permanente e o apoio consistente do Secretário-geral, António Costa, e do presidente, Carlos César, bem como dos membros da Comissão Permanente, do Secretariado, das federações e comissões políticas concelhias, dos autarcas,

dos jovens e mulheres socialistas, foi possível garantir o bom funcionamento democrático do partido e abri-lo ao debate com as instituições e com a sociedade civil", afirmou.

José Luís Carneiro disse depois que, no cargo de Secretário-geral adjunto do PS, tem procurado "cumprir as linhas mestras" que ficaram estabelecidas em 2019.

"Ao longo destes dois anos, foi possível fazer pontes de trabalho entre as nossas estruturas federativas, regionais e locais, com os nossos deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu e, sempre que se justificou, apresentar os nossos contributos

aos que, no Governo, dão o melhor de si para servir Portugal. Ouvimos e dialogámos com os sindicatos, com as estruturas representativas da cultura, da economia e da sociedade e assumimos com clareza a defesa das nossas causas e ideais de sociedade", sustentou.

Na sua intervenção, o 'número dois' da direção socialista abordou também o processo relativo às últimas eleições autárquicas, referindo o trabalho, de grande complexidade, desenvolvido com dezenas de milhares de socialistas em todo o território do país, um motivo acrescido de regozijo por aquela que foi "a terceira vitória autárquica consecutiva" do PS. ■

## COMISSÃO PERMANENTE COM SEIS NOVOS ELEMENTOS

**O SECRETARIADO** Nacional do PS elegeu a sua Comissão Permanente, órgão coordenado por José Luís Carneiro e que terá seis elementos novos num total de sete.

O órgão de apoio ao Secretário-geral adjunto na gestão política quotidiana do partido será constituído por Luís Patrão, o único elemento a transitar da equipa anterior, Jânila Madeira, Pedro Cegonho, Pedro do Carmo, Porfírio Silva, Sérgio do Monte e Susana Amador.

Luís Patrão, Jânila Madeira e Hugo Xambre Pereira irão constituir, por sua vez, a Comissão de

Gestão do partido.

O Secretariado Nacional deliberou também a designação de Porfírio Silva para o cargo de diretor do Gabinete de Estudos do PS, assim como a escolha de Rui Pena Pires como coordenador do Centro da Esquerda, estrutura que tem por missão a formação política e a abertura ao debate com a sociedade civil, onde será coadjuvado por Fernanda Rollo e José Leitão.

Foi ainda aprovada na reunião a proposta, a apresentar na próxima reunião da Comissão Nacional, de designação de Edite Estrela e José Leitão para

diretores, respetivamente, do Ação Socialista e do Portugal Socialista, jornais oficiais do partido.

Finalmente, afirmando a importância da participação e intervenção sindical nos órgãos do partido, o Secretariado Nacional propôs o convite aos dirigentes sindicais socialistas Ana Paula Bernardo, Mário Mourão, António Fonseca, José Abraão e Paula Viseu (Tendência Sindical Socialista – UGT), a par de Carlos Trindade e Fernando Gomes (Corrente Sindical Socialista – CGTP), para participarem nas reuniões da Comissão Política Nacional. ■

## MULHERES SOCIALISTAS APRESENTAM CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA A IGUALDADE

**Coordenado por Susana Ramos e Alexandre Quintanilha, o Conselho Estratégico Nacional para a Igualdade foi apresentado por Elza Pais na sede nacional do PS.**

A líder das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) pretende que o seu terceiro mandato fique politicamente marcado por um intenso trabalho de reflexão em torno das questões da igualdade e da conciliação, com o objetivo de encontrar novas respostas para novas desigualdades, continuando a aprofundar o trabalho de combate às desigualdades tradicionais. Este órgão, cuja constituição é da responsabilidade da presidente das MS-ID, reúne personalidades de reconhecido mérito oriundas da sociedade civil e do meio académico, é paritário e tem na agenda temas tão relevantes como o combate a novas formas de discriminação decorrentes das transições digital e climática, com as mulheres a ficarem para trás nos processos de formação e empregabilidade na área das TIC e com a pobreza energética a emergir, afetando as famílias mais vulneráveis, sobretudo as monoparentais. No caso das transições climática e digital, pretende-se que "sejam justas e equilibradas, não deixando ninguém para trás".

Na primeira linha de análise do Conselho, e também presente nas intervenções de Elza Pais e de José Luís Carneiro, estiveram os resultados das últimas eleições autárquicas, as primeiras em que se registou uma redução do número de mulheres presidentes de câmara (passaram de 32 a 29). Apesar de ter entrado em vigor um novo limiar de paridade, que impõe uma representação mínima de 40% de um dos sexos nas listas candidatas e que significa um maior número de mulheres eleitas, a realidade é que as mulheres continuam a ter um acesso muito dificultado às lideranças, como os resultados mostram. Este foi um dos temas em análise, com o Secretário-geral adjunto do PS a assumir o compromisso de analisar esta situação em conjunto com a direção do Partido Socialista, ao mesmo tempo que elogiou o envolvimento da estrutura das MS-ID, que considerou decisivo no combate eleitoral.

Nas prioridades do Conselho estão também as formas de desigualdade "tradicionais", como a violência doméstica, a discriminação salarial e a desigualdade de oportunidades. O Conselho vai agora trabalhar uma agenda de temas que serão analisados no próximo encontro.



# GRUPO PARLAMENTAR DO PS TRABALHOU DURANTE A LEGISLATURA PARA TRAVAR DESIGUALDADES

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista contribuiu, ao longo da legislatura que agora termina de forma abrupta, para melhorar a vida dos portugueses, principalmente numa fase em que o mundo enfrenta uma crise pandémica, indo ao terreno ouvir as pessoas e apresentando medidas concretas de combate à precariedade e ao desemprego, e travando as desigualdades sociais.

**OS DEPUTADOS** do PS percorreram, durante semanas, todo o país num roteiro de proximidade para preparar o debate do Estado da Nação. O objetivo foi fazer um balanço do impacto da governação socialista no território nacional e avaliar o modo como as políticas públicas fizeram a diferença no combate à pandemia.

Tal roteiro permitiu comprovar que o país e o investimento público não pararam perante a incerteza que nos trouxe a pandemia e que o Governo fez um esforço por não deixar cair a economia e manter os empregos.

Recordando as palavras da presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Ana Catarina Mendes, "o Estado não falhou" no apoio aos portugueses durante a pandemia de Covid-19 "e, perante a emergência, agiu". O Governo, sempre com o apoio do PS, aprovou e pôs em prática "mais de 950 milhões de euros em medidas adicionais só no setor social durante a pandemia". O 'lay-off', primeiro a 66% e depois a 100%, é uma medida que merece destaque, uma vez que "garantiu que três milhões de

trabalhadores não perdessem o seu rendimento", salientou a dirigente socialista. São de destacar também o aumento do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego, que vieram responder aos desempregados quando mais precisavam, e os apoios dados à economia diretamente, ou a fundo perdido ou com empréstimos, e ainda a nova prestação social que foi criada, aumentando a abrangência de beneficiários e a extensão aos sócios-gerentes e aos trabalhadores informais. O apoio excecional à família para acompanhamento e assistência a filhos menores fora dos períodos de interrupção letiva é igualmente uma medida a ressaltar, já que permitiu que as famílias com filhos menores, com dependentes com incapacidade igual ou superior a 60% e também famílias monoparentais optassem por este apoio ao invés do teletrabalho.

## Gratuidade das creches abrange muitas famílias

O chumbo do Orçamento do Estado para 2022, com os partidos da esquerda a aliarem-se à

direita, e a consequente dissolução do Parlamento por parte do Presidente da República, veio pôr um fim ao "Orçamento mais à esquerda e com mais sensibilidade social" de sempre mesmo antes de este sair do papel, lamentou por diversas vezes Ana Catarina Mendes. A presidente da bancada socialista chegou mesmo a afirmar, no encerramento do debate na generalidade do documento, que "votar contra este Orçamento é privar 500 mil crianças que hoje estão em situação de pobreza", é "privar mais de dois milhões de pensionistas de um aumento que melhora a sua condição de vida", é "privar milhares de funcionários públicos que esperam uma melhoria no seu salário". Ora, uma das medidas que fazia parte do documento orçamental era a gratuidade progressiva das creches, algo "que abrangia muitas famílias e, com isso, diminui o peso das despesas no rendimento familiar", esclareceu Ana Catarina Mendes.

De acordo com o projeto de lei do PS, em 2022, seriam abrangidas por esta medida todas as crianças que ingressassem no primeiro ano de creche e as

crianças que prosseguissem para o segundo ano. Já em 2024, a gratuidade chegaria também às crianças que prosseguissem para o terceiro ano.

## PS corrige "injustiça na lei" sobre luto parental

O Grupo Parlamentar do PS sempre se preocupou em ir ao encontro dos problemas das pessoas e, por isso, quando a Associação Acreditar lançou uma petição, no dia 1 de setembro de 2021, para alargar o período de luto parental para 20 dias, os deputados do PS deram entrada no Parlamento a um projeto de lei com essa pretensão.

De acordo com o diploma, "são manifestamente insuficientes os cinco dias consagrados pelo Código do Trabalho como o período de faltas justificadas para a morte de um filho ou equiparado".

O alargamento do luto parental, aprovado no Parlamento, vem "corrigir, na medida do possível, a injustiça da lei, não podendo corrigir a injustiça da vida", frisou Ana Catarina Mendes durante a apresentação do

projeto de lei do PS no passado mês de novembro.

Já o deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro, coordenador dos socialistas na Comissão de Trabalho e Segurança Social, informou que, no final desse debate parlamentar, a Comissão iria reunir de forma extraordinária para se fechar, "de imediato, a especialidade" para o projeto poder ser incluído no dia seguinte no guião de votações.

## Regulação do teletrabalho é um grande passo nas relações laborais

Uma outra medida de extrema importância e justiça apresentada pelo Partido Socialista foi a regulação do teletrabalho, que foi aprovada em votação final global no Parlamento e chegou mesmo a ser considerada pela BBC como "a nova lei revolucionária em Portugal". O projeto do PS responde à necessidade da igualdade de tratamento quer aos trabalhadores do privado, quer aos da administração pública e baseia-se no acordo que deve haver entre o empregador e o trabalhador.

Ana Catarina Mendes admitiu,







JORGE FERREIRA

durante a sessão de encerramento do VIII Congresso da Tendência Sindical Socialista da UGT, a sua "grata alegria" por o Parlamento ter aprovado o novo regime do teletrabalho, "que permite que haja, em primeiro lugar, um equilíbrio entre empregador e trabalhador, mas que haja essencialmente uma proteção daqueles que recorrem ao teletrabalho e que, com isso, podem verdadeiramente beneficiar de um conjunto de direitos que não estavam anteriormente consagrados".

### **Lei de Bases do Clima é ambiciosa mas realista**

No início do mês de novembro, foi aprovada pela Assembleia da República a Lei de Bases do Clima, uma proposta do Partido Socialista, que define orientações para a política climática do país e prevê a antecipação da neutralidade carbónica nacional para 2045. O deputado do PS Alexandre Quintanilha, que foi o relator do texto final, notou a importância de o Parlamento português ter aprovado a lei durante a COP26, que estava a decorrer na Escócia, por considerar ser

**Uma outra medida de extrema importância e justiça apresentada pelo Partido Socialista foi a regulação do teletrabalho, que foi aprovada em votação final global no Parlamento e chegou mesmo a ser considerada pela BBC como "a nova lei revolucionária em Portugal".**

"fundamental enviar uma mensagem clara aos países reunidos em Glasgow do programa ambicioso, mas realista" aprovado pela Assembleia da República. "Esta lei é holística e debruça-se sobre a mitigação, a adaptação, mas também os mecanismos de captação de CO<sub>2</sub>, que são essenciais", destacou. É importante sublinhar que Portugal foi o primeiro país do

mundo a comprometer-se com a meta da neutralidade carbónica em 2050, através da participação de António Costa na COP21 em Marraquexe, em 2016.

### **PS apresentou projetos com o propósito de melhorar a qualidade do Estado de direito**

Durante a última sessão legislativa, o Grupo Parlamentar do PS apresentou ainda um projeto sobre a ocultação intencional de riqueza, que propõe um agravamento para cinco anos de prisão deste crime por titular de altas funções públicas e alarga as obrigações declarativas de incremento do património ou de rendimento. O objetivo principal é "melhorar a qualidade do Estado de direito", asseverou o deputado Jorge Lacão na apresentação do projeto de lei do PS, que apontou que, "para quem acredita genuinamente na democracia e abomina a demagogia, é mesmo um propósito que vale a pena ser prosseguido, com seriedade e determinação". O PS congratulou-se, por sua

vez, com o conjunto de propostas de lei do Governo que concretizam a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, que, segundo a socialista Cláudia Santos, é um "conjunto muito diversificado, muito ambicioso de medidas orientadas para o futuro".

Cláudia Santos esclareceu que, "no direito penal, surgirá uma nova pena acessória, proposta no programa eleitoral do Partido Socialista em 2019 e que consta do programa deste Governo", que estabelece que "os agentes públicos condenados por corrupção poderão vir a ser condenados numa pena acessória que os impedirá de serem nomeados ou eleitos para o exercício de funções públicas por um período até 10 anos".

### **Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital**

A legislatura que agora termina viu também ser aprovada a Carta de Direitos Humanos na Era Digital e o Grupo Parlamentar do PS apresentou um projeto de lei para desenvolver o regime do artigo 6.º desta Carta, assegurando apoio às

entidades privadas que exerçam atividades de verificação de factos e de atribuição de selos de qualidade.

"Durante os meses de debate em comissão, concluímos que a Carta não podia passar ao lado da maior patologia do século, mas também não devia tratar em pormenor o tema, antologando, por exemplo, normas penais em vigor como as referentes aos crimes de ódio", esclareceu o deputado José Magalhães.

O socialista Bruno Aragão clarificou quais as dúvidas que surgiram no artigo 6.º: "Questiona-se, desde logo, o conceito de desinformação, como se de um conceito novo se tratasse. Não é, de todo, e tem nos últimos meses adquirido uma forte relevância", com a pandemia a trazer "a reboque" grupos negacionistas organizados.

"Para o Partido Socialista, as restrições à liberdade de expressão que podem resultar do artigo 6.º justificam-se pela necessidade de proteção de outros valores igualmente relevantes e só devem admitir-se nos casos mais óbvios, evidentes e graves de ataque à verdade", venceu o parlamentar. ■

# JUNTOS SEGUIMOS E CONSEGUIMOS

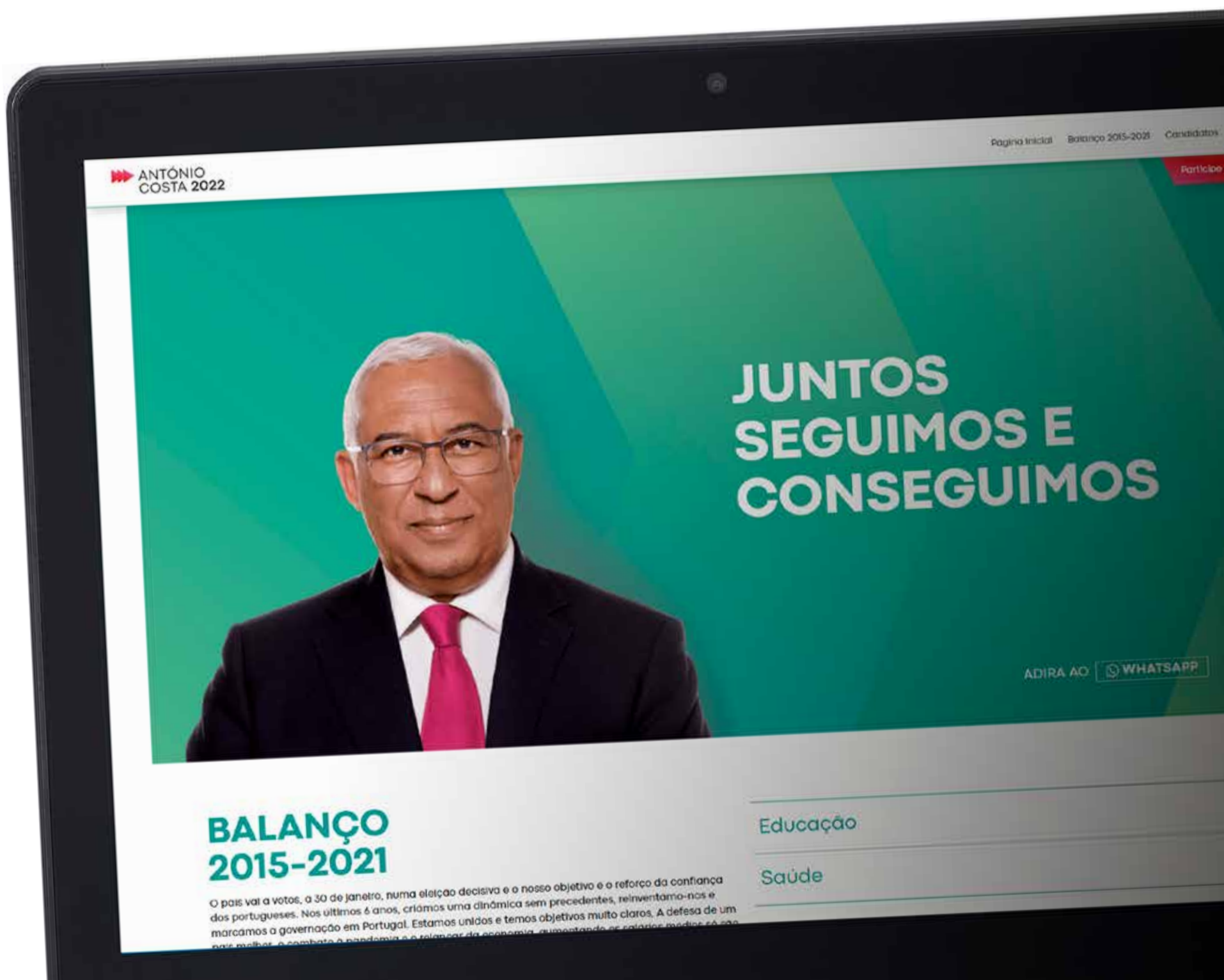
## DEFENDER UM PAÍS MELHOR, COMBATER A PANDEMIA E RELANÇAR A ECONOMIA

O Governo do PS tem prosseguido um caminho de recuperação claro com ambição, responsabilidade e inclusividade. Mesmo com uma crise pandémica, o PS manteve o foco, arregaçou as mangas e olhou em frente.

Ação e concretização. Um mote que nos leva para a frente, mas também

uma confirmação do caminho feito até aqui. Seguimos e Conseguimos é presente e é futuro.

Queremos um movimento galvanizador, plural e inclusivo. Um convite e um reconhecimento de que estamos nisto juntos, de que não daremos passos atrás e renovamos um ciclo de conquistas.



■ LISBOA

**Efetivos**



1. António Costa

2. Edite Estrela
3. Mariana Vieira da Silva
4. Duarte Cordeiro
5. Fernando Medina
6. Graça Fonseca
7. Miguel Matos
8. Sérgio Monte
9. Maria da Luz Rosinha
10. Marcos Perestrello
11. João Galamba
12. Susana Amador
13. Sérgio Sousa Pinto
14. Ana Sofia Antunes
15. Pedro Alves
16. Fátima Fonseca
17. Isabel Moreira
18. Pedro Cegonho
19. Romualda Fernandes
20. Miguel Cabrita
21. Rita Madeira
22. João Nicolau
23. Ricardo Lima
24. Vera Braz
25. Diogo Leão
26. Pedro Anastácio
27. Maria Begonha
28. Paulo Marques
29. Alexandra Tavares Moura
30. Luís Reis
31. Sérgio Santos
32. Sara da Silva
33. Paulo Afonso
34. Davide Amado
35. Cátia Rosas
36. Armando Paulino
37. Beatriz Carvalho
38. Pedro Cabeça
39. Paula Alves
40. Pedro Lara
41. Fernanda Gonçalves
42. Catarina Silva
43. Filipe Beja
44. Selene Martinho
45. Valter Januário
46. Alexandra Domingos
47. Margarida Matos
48. Marcos Sá

**Suplentes**

1. Alfie Pereira
2. Luís de Sousa
3. Ana Vitorino
4. João Cunha
5. Manuel Lage

■ MADEIRA

**Efetivos**



1. Carlos João Pereira

2. José Miguel Mafra Iglésias
3. Marta Luísa de Freitas
4. Mara José Sousa Franco
5. José Luís Silva Chá-Chá
6. Ana Sofia Freitas Dias

**Suplentes**

1. Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
2. Maria Isabel de Ponte Garcês
3. Maria Ângela Fernandes da Silva
4. Urbano de Sousa Ferreira
5. Dorisa Maria Fernandes Aguiar

■ PORTALEGRE

**Efetivos**



1. Ricardo Miguel Furtado Pinheiro

2. Eduardo Miguel Oliveira Alves

**Suplentes**

1. Martina Pires Marcelino Jesus
2. Serenela Morgado Ventura Luz

■ PORTO

**Efetivos**



1. Alexandre Quintanilha

2. Rosário Gamboa
3. Matos Fernandes
4. Isabel Oneto
5. João Paulo Correia
6. Ana Paula Bernardo
7. João Torres
8. Tiago Barbosa Ribeiro
9. Cristina Mendes da Silva
10. Eduardo Pinheiro
11. Hugo Carvalho

12. Joana Lima
13. Rui Lage
14. Carlos Brás
15. Patrícia Faro
16. Carla Miranda
17. Miguel Rodrigues
18. Sofia Andrade
19. Jose Carlos Barbosa
20. Paulo Araujo Correia
21. Maria Joao Castro
22. Antonio Faria
23. Catarina Lobo
24. Marlene Teixeira
25. Hugo Sousa Lopes
26. Ana Marta Silva
27. Fátima Meneses
28. Fábio Faria
29. Eduardo Barroco de Melo
30. Carlota Teixeira
31. Hugo Carvalho Gonçalves
32. Paulo Neves
33. Beatriz Carvalho
34. Nuno André Moreira
35. Sílvia Alves Moreira
36. Hugo Gilvaia
37. Miguel Vieira
38. Dora Pinto
39. Inês Monteiro
40. Diogo Silva

**Suplentes**

1. Andreza Batista
2. Frederica Armada
3. José Henrique Soares
4. Paula Fernandes
5. Natália Gonçalves

■ SANTARÉM

**Efetivos**



1. Alexandra Leitão

2. Hugo Costa
3. Maria do Céu Antunes
4. Mara Lagriminha
5. Manuel Afonso
6. Francisco Dinis
7. Fernanda Asseiceira
8. Ricardo Antunes
9. Gustavo Costa

**Suplentes**

1. Susana Faria
2. Vasco Casimiro
3. Victor Santos
4. Alexandra Simão
5. Diamantino Duarte

■ SETÚBAL

**Efetivos**



1. Ana Catarina Mendes

2. João Gomes Cravinho
3. Eurídice Pereira
4. Jorge Seguro Sanches
5. António Mendonça Mendes
6. Maria Antónia Almeida Santos
7. André Pinotes Batista
8. Clarisse Campos
9. Fernando Catarino José
10. Ivan Gonçalves
11. Bárbara Dias
12. Gil Costa
13. Ana Santos
14. Eunice Pratas
15. António Caracol
16. Patrícia Caixinha
17. Tiago Silva
18. Filipa Faria

**Suplentes**

1. Ricardo Rufino
2. Cláudia Gorjão
3. Diogo Vintém
4. Teresa Andrade
5. Carlos Trindade

■ VIANA DO CASTELO

**Efetivos**



1. Tiago Brandão Rodrigues

2. Marina Gonçalves
3. José Maria Costa
4. Anabela Rodrigues
5. Dora Brandão
6. Pedro Armada

**Suplentes**

1. Margarida Fátima Gomes Vasconcelos
2. Sandra Raquel Vieites Rodrigues
3. João Pedro Meleiro da Silva
4. Elizabete Dantas Afonso Rodrigues
5. Pedro Miguel Ferreira Sousa Lobo

■ VILA REAL

**Efetivos**



1. Francisco José Ferreira da Rocha

2. Fatima Liliana Fontes Correia Pinto
3. Agostinho Gonçalves Alves da Santa
4. Susana Isabel Quintal Barroso
5. Carlos Fernando Costa Martins

**Suplentes**

1. Renato Mourão Sousa Almeida
2. Ana Daniela Lourenço Alves
3. José António do Vale Martins Coroado
4. Alexandra Cristina Mesquita Magalhães
5. José Manuel Carvalho Marques

■ VISEU

**Efetivos**



1. João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo

2. Lúcia Fernanda Ferreira Araújo Silva
3. José Rui Alves da Cruz
4. João Paulo Loureiro Rebelo
5. Maria Graça Mouta Silva Reis
6. Manuel António Rebelo Ferreira
7. Diogo Gomes Carvalhas
8. Sónia Isabel Anjos Numão Lopes

**Suplentes**

1. Carlos Alberto Meneses Bento
2. Catarina Andreia Sousa Meneses
3. Nuno Miguel Pais Seabra
4. Ana Filipa Sobral Balça
5. Marta Susana Palrinhas



# OS MEUS VOTOS PARA SI

**Esta época do ano, que nos convida a refletir sobre o tempo que passou e acerca de tudo o que é importante, constitui também uma oportunidade para projetarmos o futuro.**

Quando olho para o caminho que percorremos e, ao mesmo tempo, para a perspetiva do nosso futuro em comum, sei que temos todas as razões para confiar na capacidade de continuarmos esse percurso e, começando já em 2022, de o concretizar com maior determinação.

Renovo o meu desejo de que saibamos lá chegar juntos, em segurança e com estabilidade, sem deixar ninguém para trás.

Juntos seguimos e juntos conseguimos.

**Boas festas e um feliz 2022!**

*André Costa.*

[www.ps.pt](http://www.ps.pt)

